

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, nos termos dos §§ 4.º e 8.º do artigo 32 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte:

**LEI N. 6802.**

**Autoras: Vereadoras Silvana Maria Ribeiro Borges e Marly Martin Silva.**

**Institui o Programa de Saúde do Homem no âmbito do Município de Maringá.**

**Art. 1.º** Fica instituído o Programa de Saúde do Homem – PSH – no âmbito do Município de Maringá.

**Art. 2.º** O Programa de Saúde do Homem – PSH – terá entre seus objetivos:

- I – a sensibilização da população masculina sobre o auto-cuidado em saúde;
- II – divulgar os dados relativos à morbidade e co-morbidade da população masculina, de acordo com as faixas etárias;
- III – esclarecer sobre os fatores de risco e as medidas de prevenção, proteção e atenção à saúde do homem;
- IV – incentivar a população masculina à realização de exames preventivos, especialmente de pressão arterial, urológicos, teste de esforços, etc;
- V – orientar a população jovem masculina para uma vida sexual saudável e responsável, a prevenção de acidentes de trânsito e o uso indevido de drogas;
- VI – divulgar as atividades e programas acessíveis à população masculina;
- VII – ampliar a participação dos homens nos grupos de apoio e programas da rede de saúde.

**Art. 3.º** Para a execução e manutenção do programa, a Secretaria Municipal da Saúde deverá:

- I – promover a capacitação dos profissionais de saúde, especialmente os integrantes do Programa de Saúde da Família – PSF;
- II – assegurar a disposição de equipamentos e recursos necessários para a realização dos exames;
- III – elaborar material educativo e informativo, tais como folhetos, cartilhas, cartazes, etc., para distribuição à população;





IV – estabelecer ações conjuntas regulares com as demais secretarias, órgãos públicos, movimentos sociais, organizações não governamentais e entidades para implementação do programa;

V – definir uma unidade de saúde do Município como referência para funcionar como Clínica do Homem, dotada de profissionais e equipamentos para a realização de consultas e exames.

**Art. 4.º** O Poder Executivo fica autorizado a firmar parcerias com instituições e empresas públicas e privadas visando a implantação do programa nos respectivos locais de trabalho.

**Art. 5.º** Para fazer face às despesas iniciais decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial da ordem de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), utilizando para a sua cobertura um dos recursos definidos no artigo 43, § 1.º, da Lei n. 4.320/64.

**Art. 6.º** O Chefe do Poder Executivo fará consignar no Orçamento Municipal do exercício vindouro os recursos necessários à manutenção do programa de que trata esta Lei, os quais serão suportados pelo incremento da arrecadação.

**Art. 7.º** O Chefe do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, constituirá uma comissão especial, multiprofissional e intersetorial, para formular proposta de regulamentação e implantação do programa objeto desta Lei.

**Parágrafo único.** A comissão especial de que trata o caput deverá estabelecer metas para redução dos índices de morbidade e mortalidade masculina.

**Art. 8.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 19 de janeiro de 2005.

João Alves Corrêa  
PRESIDENTE

Márcia Socreppa  
2.ª SECRETÁRIA